



UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ENSINO DE ÁLGEBRA NO PROGRAMA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

Adriano da Fonseca Melo ¹
Edilene Simões Costa dos Santos²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar um breve estudo sobre o currículo prescritivo para o ensino ministrado nas unidades educacionais do Município de Campo Grande no período de 1910 a 1927 por meio das legislações: nacional – Decreto n. 16782-A e estaduais – Decreto n. 759, Lei n. 1750, Decreto n. 3356, Resolução n. 953. Para esta análise, buscou-se aporte na História Cultural, na História das disciplinas escolares, na cultura escolar. Conclui-se que a reforma educacional implementada no Estado de Mato Grosso em 1927, apresenta características que aproximam das reformas ocorridas no Estado de São Paulo; essa característica sinaliza uma possível influência dos professores que foram contratados no Estado vizinho para organizar a instrução pública. A legislação mostra um secundário previsto em que naquele momento indicando uma possível demanda por acesso rápido ao ensino superior. Outro ponto que aparece nessa análise inicial foi a preocupação dos governantes em atender a uma necessidade da sociedade do Município de Campo Grande, com a instalação do Ginásio Municipal equiparado ao Colégio Pedro II.

Palavras-chave: Ensino de álgebra; Ginásio; Campo Grande.

A BRIEF REFLECTION ON THE COMPONENTS OF ALGEBRA TEACHING IN THE PROGRAMMING OF THE MUNICIPAL GYMNASIUM OF CAMPO

ABSTRACT

This article conducts a study on the prescriptive curriculum for teaching taught in educational units in the municipality of Campo Grande from 1910 to 1927. For this analysis, we sought to contribute to cultural history, the history of school subjects, and school culture and, in legislation: national – Decree n. 16782-A and state - Decree n. 759, Law no. 1750, Decree n. 3356, Resolution n. 953. It is concluded that the educational reform implemented in the State of Mato Grosso presents characteristics that approximate the reforms that took place in the State of São Paulo. This characteristic indicates that it was due to the influence of teachers who were hired in the neighboring state to organize public instruction. Another point that appears in this initial analysis was the government's concern in meeting a society's need in the municipality of Campo Grande with the installation of the Municipal Gymnasium equivalent to Colégio Pedro II.

Keywords: Algebra teaching; Gymnasium; Campo Grande.

¹ Doutorando em Educação Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (PPGEDUMAT/UFMS). Professor na Secretaria Municipal de Educação, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Membro do Compasso/MS vinculado ao GHEMAT-Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8302-7580> . E-mail: adriano060569@yahoo.com.br.

² Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade de Brasília (UNB). Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (INMA/PPGEDUMAT/UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Líder do Grupo Compasso/MS vinculado ao GHEMAT-Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0509-0098> . E-mail: edilenesc@gmail.com



UNA BREVE REFLEXIÓN SOBRE LOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE LA ENSEÑANZA DEL ÁLGEBRA EN EL PROGRAMA DEL GIMNASIO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE.

RESUMEN

En este artículo se realiza un estudio sobre el currículo prescriptivo para la docencia impartida en las unidades educativas del municipio de Campo Grande de 1910 a 1927. Para este análisis, se buscó contribuir a la historia cultural, la historia de las asignaturas escolares y la cultura escolar y, en legislación: nacional - Decreto n. 16782-A y estado - Decreto n. 759, Ley núm. 1750, Decreto n. 3356, Resolución n. 953. Se concluye que la reforma educativa implementada en el Estado de Mato Grosso presenta características que se aproximan a las reformas que se llevaron a cabo en el Estado de São Paulo. Esta característica indica que se debió a la influencia de los maestros que fueron contratados en el estado vecino para organizar la instrucción pública. Otro punto que aparece en este análisis inicial fue la preocupación del gobierno por atender la necesidad de una sociedad en el municipio de Campo Grande con la instalación del Gimnasio Municipal equivalente al Colégio Pedro II.

Palabars-clave: enseñanza de álgebra; Gimnasio; Campo Grande.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto pretende realizar um estudo sobre o currículo prescriptivo para o ensino ministrado nas unidades educacionais do Município de Campo Grande no período de 1910 a 1927, a partir de documentos legislativos, tanto federal quanto estadual, normatizadores desse ensino no período. Ressaltamos que este texto é um recorte da pesquisa de doutorado iniciada no ano de 2020.

Uma questão que pode surgir é “como as legislações vigentes no período de 1910 a 1927 propõem o ensino de álgebra? Como essa(s) proposta(s) impactaram a educação em Campo Grande”? A busca por uma resposta leva-nos a retomar aspectos de uma sociedade que, gradativamente, crescia com a vinda de comerciantes para aquisição de gado e outros que aqui chegavam para fixar residência (BITTAR e FERREIRA JR, 1999).

As benfeitorias feitas na cidade, resultante desse fluxo de migrantes, tiveram início no ano de 1911 e contribuíram para impulsionar o avanço econômico, sem perder sua tradição pecuária. Paralelo a isso, existe o fator acesso à educação pois, naquele momento existiam alguns grupos escolares estabelecidos na cidade.

O ensino secundário era oferecido na capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, indicando que se o jovem pretendesse aprofundar nos estudos deveria viajar para esta cidade. Contudo, não era algo de baixo custo, restringindo a um grupo de famílias que poderiam enviar seu filho para estudar nos estabelecimentos de ensino da capital, haja vista que



deveriam custear as despesas de moradia, alimentação e custo com materiais educacionais, tornando inviável para algumas famílias residentes.

Nesse contexto, a pressão para a constituição de novos estabelecimentos de ensino que atendessem às diferentes etapas da escolarização levaram, gradativamente, os gestores tanto municipal quanto estadual a investirem em aprimoramento da infraestrutura dos prédios existentes, bem como a construção de novos prédios no município de Campo Grande. Outro fator foi o investimento particular na construção de instituições de ensino para suprir a falta do poder público.

Com relação às instituições de vínculo particular, segundo Cardoso (1914), uma parte delas estava sobre a gestão das congregações religiosas, cujo interesse era oferecer uma educação para os jovens sem que esses tivessem que se deslocar para cidades maiores que ofereciam as etapas escolares necessárias.

Nesse período, verifica-se o início da construção da estrada de ferro ligando Campo Grande a Cuiabá e um ramal ligando Campo Grande a Ponta Porã, atribuindo, assim, à cidade papel importante nas relações comerciais entre as diferentes cidades, e funcionando como um entroncamento para distintos destinos (CARDOSO, 1914). Essa característica favoreceu a chegada de novos habitantes, segundo Congro (2003), formando as várias colônias de imigrantes (japoneses, italianos, portugueses, gregos) que se estabeleceram aqui, sendo que alguns desses vieram como funcionários da estrada de ferro e com a conclusão das obras aqui permaneceram, adotando a cidade como nova localidade para morar.

Nota-se, ainda, que no sul do estado, Campo Grande e Corumbá vinham se destacando como cidades em expansão e que por isso recebiam atenção do governo do Estado. Essa atenção a Campo Grande origina-se pela sua proximidade com cidades do Sudeste (São Paulo, por exemplo) e pela construção da estrada de ferro, atraindo, cada vez mais a atenção dos comerciantes que aqui chegavam para negociar gado.

A pujança da cidade é notada quando se observa o número de habitantes na chegada dos trilhos da ferrovia em 1914, que era de 1800 habitantes, e em 1920 esse número já era de 21.360 habitantes (BITTAR, 2004), significando a vinda de comerciantes com suas famílias para estabelecerem-se aqui, constituindo a necessidade de construir novas unidades educacionais na cidade, bem como o investimento na infraestrutura da cidade.

Nessa época, o número de escolas situadas no município eram duas municipais, três estaduais e pelo menos duas particulares. Em relação às condições das escolas municipais,



Congro (2003), o intendente de Campo Grande, relata em seu livro que o prédio de uma escola precisava ser reformada, no entanto, os feitos foram além, pois, ao final de sua gestão, a unidade foi reformada e construído mais um prédio para atender às demandas educacionais.

Percebe-se que no momento que a sociedade define a necessidade de acesso à escolarização, busca-se ouvir as ideias de personas, que podem ou não ter vínculo direto com a educação, que defendem a presença do poder público na constituição de estabelecimentos educacionais, bem como defendem formas de ensinar.

Nesse sentido, Burker (2016) afirma que essa pessoa assume o papel de uma “autoridade do conhecimento”, considerando o local que está falando, isto é, suas ideias impregnam documentos legislativos, orientações curriculares ou livros didáticos.

Para Hofstetter e Valente (2017), essas pessoas ao terem seus saberes³ vinculados ou não, a uma instituição e serem convocados por um governo para definir normas para a circulação dos saberes dentro de uma região, pode-se dizer que são candidatos a “experts”.

Essa forma de compreender o ensino e os saberes difundidos nas instituições de ensino conduz o pesquisador a uma reflexão sobre essas transformações e impulsiona a identificar os primeiros ‘embriões’ de um programa de ensino em determinada localidade, bem como os fatores que influenciaram na sua constituição.

Falar sobre transformações do saber vinculadas a um campo da Matemática leva-nos a revisitar publicações de trabalhos que tratam desse conhecimento nos diferentes períodos de uma sociedade, no momento em que se atribuiu um determinado valor para os saberes universalizados.

Segundo Julia (2012), as pesquisas sobre escolas precisam considerar elementos que estão além dos muros, visto que existe um modo de pensar e agir que é difundido no interior da sociedade, e esse compreende que o meio para aquisição do conhecimento é pela escolarização. Desse modo, a escola assume um papel reconhecido pela sociedade, porém, este papel em alguns momentos foi entendido como forma de adestrar o pensamento do estudante.

Nesse sentido, Chervel (1990), ao tratar da constituição histórica do objeto ‘disciplina’ no contexto escolar, descreve transformações que ocorrem na sua conceituação, tendo em vista que, inicialmente, disciplina configurava ramo, objeto, parte ou matéria de

³ Entende-se por saberes que estão subjetivados e que no momento que passam a existir nos documentos oficiais, apostilas e livros passam a ser saberes objetivados.

ensino. Essas diferentes concepções guardam na sua gênese a ideia que representa um conjunto de saberes disponíveis no sistema educacional. Alguns destes saberes são oriundos da sociedade e sua cultura, já outros, são resultados de transformações realizadas pelo sistema educacional para ‘facilitar’ o contato do estudante com o conhecimento (CHERVEL, 1990). Assim, a organização escolar segue indicativos de uma forma de conceber o processo de aprendizagem, e as disciplinas têm o papel de transmitir para o aluno a cultura (CHERVEL, 1990).

Nesse contexto histórico, podemos indagar qual o papel exercido pela ‘Matemática’, nessas diferentes reformas educacionais? Podemos dizer que era, a princípio, o de transmitir uma cultura e uma forma de pensar. Quando elementos de uma cultura e uma forma de pensar adentram os muros das instituições de ensino, acabam sendo inseridas no currículo escolar e nas práticas dos professores. Essa cultura personifica as tradições e concepções de educação veiculadas em determinada época.

[...] uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina [...] Se se pode atribuir um papel ‘estruturante’ à função educativa da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990, p. 184).

Partindo da afirmação de Chervel (1990), pode-se questionar: como a Matemática contribuiu para a função da escola? Seriam os conteúdos subprodutos de uma cultura, na qual o acultramento é resultado de uma tradição social? Estas inquirições levam a uma reflexão sobre o ensino dos objetos matemáticos e, mais especificamente, o ensino da álgebra escolar, foco desta pesquisa.

O olhar para o programa de ensino leva-nos a pensar sobre outro elemento que está intrínseco ao processo, que é a formação do professor, tanto a inicial como a continuada. A partir de pesquisas realizadas por Hofstetter e Valente (2017), constata-se que a constituição do currículo guarda traços da formação do professor, o que acaba determinando o que era ensinado em determinada época e local. Dessa forma, podemos inquirir :será que essa forma de pensar o currículo foi disseminada em todo o Estado? Em caso afirmativo, como ocorreu esse processo de inserção?

Na busca por respostas, debruçamos sobre vestígios, traços de um passado que podem estar registrados em materiais diversos, cabendo ao pesquisador ter um olhar atento



para coletar esses elementos. As fontes de uma pesquisa histórica configuram sujeitos ‘mudos’ que o pesquisador deverá dar voz, ‘escutar’ a partir das perguntas corretas feitas às fontes, e assim constituir um conjunto de saberes ‘arqueológicos’ (KARNAL e TATSCH, 2009).

Para Julia (2012), o estudo historiográfico não pode ocorrer sem atentar para as relações conflituosas ou pacíficas que são estabelecidas nos diferentes períodos da história, com o conjunto de culturas que lhe são contemporâneas; assim, o olhar do historiador-pesquisador deve ser atento, para saber fazer as questões corretas, com as fontes adequadas, para que estas possam lhe oferecer indícios de um período.

Nesse sentido, o historiador delimita um lugar a ser analisado a partir do qual irá buscar indícios que permitam desnudar práticas que serviram para distinguir de outros locais. Essas práticas são representações de tradições, cultura que foi transmitida e transformada de geração para geração. Cabe ao historiador, na escrita das suas investigações, colocar-se no lugar do leitor que não esteve em contato com suas fontes e não viu o que o pesquisador-historiador teve contato; então, deve procurar localizar o leitor dentro do espaço histórico ao qual está investigando (DE CERTEAU, 1982).

Desse modo, a recompilação das experiências contidas nos documentos educacionais possibilita verificar uma prática existente, bem como a escrita de um conhecimento algébrico que, no seu bojo se constituiu, inicialmente, por um conjunto de regras, sendo posteriormente priorizados a simbologia e o manuseio desses signos. (PONTES, BRANCA E MATOS, 2009).

Ao realizar o inventariamento dos trabalhos sobre a formação de professores no período de 1890 a 1970, Basei (2020), verificou que os currículos das escolas normais traziam o ensino de álgebra, mas focando sempre no intuito de resolver equações de primeiro grau e proporções, por exemplo, reforçando as considerações de Pontes, Branca e Matos (2009), sobre a presença da álgebra na constituição do conhecimento dentro da história da sociedade.

Dessa forma, as fontes guardam no primeiro momento informações que, segundo Burke (2016), ao serem coletadas e analisadas no intuito de realizar uma assepsia de elementos da subjetividade, passam a ser vestígios de uma sociedade, assim, pode-se dizer que os vestígios de um saber passarão por transformações e tratamentos, que permitirão aos conhecimentos serem candidatos a saberes sistematizados e assim serem difundidos e

utilizados.

De acordo com Burke (2016), a partir do momento em que o pesquisador produzir a escrita final dos conhecimentos resultantes da pesquisa, a utilização dos resultados caberá à ação da sociedade. A busca por vestígios do ensino oferecido em determinada época, leva o pesquisador a mergulhar em um conjunto de fontes, as quais precisam passar por várias análises para realizar a escolha daquelas que possibilitem vestígios que respondam a indagações propostas pelo pesquisador.

De posse das coleções que indicam uma produção de saberes, cabe ao pesquisador realizar uma assepsia de elementos da subjetividade para, assim, obter os conhecimentos que foram candidatos a saberes sistematizados e, com isso, passarem a ser saberes em uso, nas diferentes unidades educacionais; com isso, pode-se, de repente, identificar especialistas responsáveis pelas orientações.

Desse modo, nesse artigo faz-se uma análise de elementos contidos nas legislações sobre o ensino no Estado, constantes nos arquivos digitais da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e sobre o ensino proposto, inicialmente, para o Distrito Federal presentes na biblioteca digital da Câmara Federal, bem como, em livros e artigos que possam contribuir com essa investigação do ensino no Estado de Mato Grosso Uno e no município de Campo Grande. Entende-se, por esse contexto, que conhecer como era ensinada a Matemática, possibilita formar novas linhas ou formas de pensar sobre como discutir o processo de ensino e aprendizagem, e em especial o ensino da álgebra.

Ao analisar as legislações, observa-se um currículo prescrito, contudo não pode-se afirmar que trata-se do currículo implementado na sala de aula; para isso, faz-se necessário buscar vestígios nos acervos da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, jornais locais dos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, entre outros. Nos acervos pode-se ter contato com documentos escolares como: diários de classe, fichas de alunos, fichas de professores, atas de conselhos, e notícias na imprensa da época, que circulavam no Mato Grosso Uno.

Esses documentos escolares poderão ser acessados, no caso de escolas que já encerraram seus trabalhos, nos arquivos das “Escolas Recolhidas”, como são chamadas essas unidades, pelas respectivas secretarias municipal e estadual, ou nos arquivos de escolas municipais que estão localizadas nas proximidades das escolas municipais que fecharam. Enquanto os jornais serão coletados por meio de consultas à Hemeroteca digital, na busca



de notícias que tratam a temática desse artigo em jornais do Estado de Mato Grosso Uno.

Uma representação inicial da educação em Campo Grande

Falar da educação em uma localidade pode configurar um árduo trabalho, o qual requer uma busca em diferentes locais no intuito de encontrar fontes que permitam identificar vestígios de uma cultura escolar representativa no período de 1910 a 1927. Dessa forma, pretende-se analisar, historicamente, o currículo prescrito para o ensino secundário para o período de 1910 a 1927. Apresentamos um recorte da pesquisa de doutorado que está vinculada ao Grupo de Pesquisa Compasso/MS. Para tanto, iniciou-se a análise do conjunto de documentos constantes nos arquivos das escolas recolhidas, como primeiro processo de compilação, consistindo nos primeiros indícios de um ensino e de um programa de ensino.

Os saberes a ensinar veiculados nos currículos vigentes em Campo Grande permitem observar aspectos do conhecimento e como estes aspectos estão vinculados aos conteúdos que são ministrados; contudo, naquela época não existia o quantitativo necessário de professores para a implantação dos cursos ginasiais, conduzindo, desse modo, os governantes a procurarem profissionais em outros estados, inferimos que talvez as experiências vivenciadas pelos novos professores partiam da possível reprodução dos programas desenvolvidos nos seus estados de origens ocasionando a construção de um currículo local semelhante ao currículo de outros estados .

Dessa maneira, a investigação sobre o ensino de matemática, mais especificamente, de conteúdos da álgebra, nas unidades de ensino enriquecerá o debate sobre aspectos históricos da localidade e poderá permitir que desvelem indícios que permitam caracterizar o ensino de matemática desenvolvido no local que contribuiu para o progresso da cidade.

As relações entre sociedade e ensino, segundo Chervel (1990), são fortes, visto que as necessidades da sociedade acabam impondo os conteúdos que devem ser ensinados, com isso, pode-se dizer que as práticas educacionais refletem, em parte, as necessidades da sociedade em um período e a cultura vigente.

Nessa busca por detalhes de como era o ensino de álgebra nos cursos primários e secundários, verificou-se a existência de trabalhos sobre a temática no Estado de São Paulo, dentre eles Valente (2016), que, a partir da análise do prefácio do livro do Trajano, aponta a

influência dos trabalhos desenvolvidos pela Escola Americana. Essa influência ocorreu gradativamente, definindo tanto o que deveria ser ensinado na formação de professores como no programa dos cursos primários.

Uma possível ideia era utilizar o ensino de elementos da álgebra como uma ferramenta na resolução de problemas aritméticos do tipo “charadas” numéricas, em que o uso da simbologia algébrica auxiliaria na resolução (ROCHA, 2020). O uso desse recurso permitiria aos alunos chegarem mais rapidamente a um resultado, se comparado com uma resolução que envolveria somente manipulação numérica.

A partir do prefácio do livro de Trajano, Valente (2016), aponta que o ensino de álgebra verificado nos programas de ensino no final do século XIX e início do Século XX, configuram mais uma ferramenta para resolver problemas aritméticos do que o uso das propriedades algébricas, aspecto corroborado pela pesquisa de Rocha (2020), que ao analisar os manuais do final do Império observou que apresentavam uma álgebra como ferramenta para resolver problemas aritméticos, no qual era dada uma medida “x” desconhecida para ser “descoberta”, assim como o uso da álgebra na representação de uma função e suas relações de interdependência entre grandezas.

A partir dos artigos de Valente (2016) e Rocha (2020), os quais referem-se a materiais utilizados no Sudeste e no Nordeste, passamos a buscar na base de teses da CAPES, no Banco Digital de Dissertações e Teses, nos repositórios das Universidades e do GHEMAT Brasil, sobre o ensino em Mato Grosso e em especial em Campo Grande. Nessa busca pode-se perceber, inicialmente, que há um conjunto de pesquisas sobre o ensino de matemática na localidade de Campo Grande/MT que versam, em sua maioria, sobre o ensino da aritmética ou geometria no primário.

Nota-se que há longo caminho para pesquisar sobre a temática, haja vista que o “embrião” de Secretaria Municipal de Educação é datado do ano de 1948; aqui chamamos de embrião por se tratar de um setor responsável pelos assuntos educacionais no município. Com a Lei n. 663/1959 é constituído uma Secretaria que deveria cuidar das ações educacionais, culturais, de saúde e assistência social, a qual gradativamente elabora o primeiro documento curricular, cujo objetivo era orientar o ensino nas escolas municipais (NERES; CORRÊA, 2009).

Segundo Bittar e Ferreira Jr (1999), um aspecto que predominou tanto quando observado o cidadão “comum” quanto os políticos, foi a preocupação com uma educação



em que o maior número de habitantes pudesse frequentar. Preocupação esta demonstrada pelo número de estabelecimentos educacionais que existiam em 1921 na cidade; segundo os autores, eram seis estabelecimentos estaduais, três municipais e dois colégios particulares.

Revisitando os relatos de Congro (2003) no livro “O Município de Campo Grande” vê-se reforçada a preocupação com o desenvolvimento⁴ econômico de Campo Grande e, conseqüentemente, a necessidade de se construir novas unidades educacionais. Nesse livro pode-se verificar que quando iniciou sua gestão, existiam no município duas escolas vinculadas à administração municipal, e durante sua gestão reformou o prédio de uma unidade que estava em mal estado e construiu mais duas unidades. Ainda, por meio da Resolução n. 846 de 03 de novembro de 1921, o presidente do Estado D. Francisco de Aquino Correa, criou três grupos escolares no sul do Estado, sendo um em Campo Grande.

A promulgação do decreto n. 16782-A de 13 de janeiro de 1925, tinha por finalidade elementos para a difusão do ensino primário, organizar o Departamento Nacional de Ensino (art. 1) e reformar o ensino secundário e o superior no território brasileiro; na secção quarta é definido que o ensino secundário seria um prolongamento do ensino primário, e deveria fornecer a cultura média geral do país, o qual compreenderia seis anos de estudos, sendo que apenas no 3º ano teria especificamente o ensino de conteúdos de álgebra, conforme podemos ver no artigo 47:

Art. 47. O ensino secundario, como prologamento do ensino primario, para fornecer a cultua média geral do paiz, compreenderá um conjuncto de estudos com a duração de seis annos, pela forma seguinte:

∴
3º anno

- 1) Portuguez;
- 2) Historia do Brasil;
- 3) Francez;
- 4) Algebra;
- 5) Inglez ou Allemão;
- 6) Latim;
- 7) Desenho;

(BRASIL, 1927)

Nota-se que com esse decreto, a recomendação do ensino de álgebra aparece como conteúdo a ser ministrado aos alunos, posterior ao estudo de aritmética, sinalizando que o

⁴ Movimento em direção ao melhor. Embora essa noção tenha precedentes no conceito aristotélico de movimento (v.) como passagem da potência ao ato ou explicação do que está implícito (Cícero. Top., 9), seu significado otimista é peculiar à filosofia do séc.. XIX e está estritamente ligado ao conceito de progresso (v.). (ABAGGNANO, 2007, p. 241)



aluno poderia estudar esse conteúdo no momento em que tivesse domínio dos conceitos aritméticos, essa hipótese é reforçada quando observamos o artigo 49 em que o aluno poderia obter o certificado de conclusão de estudo no segundo ano, caso passasse nas provas de geografia, história universal e “aritmética”, enquanto no terceiro ano poderia realizar a prova e conseguir o certificado, caso obtivesse nota nas provas de “inglês” ou alemão e álgebra. Desse modo, podemos caracterizar que existia nessa organização uma estrutura de conhecimentos, os quais refletiam uma concepção pedagógica já defendida em outras reformas, como a Reforma Rivadavia e a Reforma Carlos Maximiliano.

Quando observa-se como essa reforma foi implementada no estado de Mato Grosso, nota-se que o Decreto n. 759 de 22 de abril de 1927, inicia afirmando no artigo 1 que o ensino no estado seria de duas naturezas: primário e secundário. No artigo 199 é instituído o curso complementar com duração de um ano, o qual serviria como uma transição entre o ensino primário e o secundário. Essa possibilidade de ensino é uma novidade em relação a proposta Nacional. Mais à frente nota-se que o acesso a este curso era facultativo a ambos os sexos (Art. 201).

Pode-se, ainda verificar, que essa reforma implementada no estado de Mato Grosso aproxima-se da reforma implementada pelo Estado de São Paulo por meio da Lei n. 1750 de 08 de dezembro de 1920, no qual o art 1

Artigo 1.º - A Instrução Publica, no Estado do São Paulo, compreende:
1.º - o ensino primario, de dois annos, que será ministrado em escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares; 2.º - o ensino médio, de dois annos que poderá ser ministrado tambem nesses estabelecimentos de ensino; 3.º - o ensino complementar, de tres annos, que será ministrado nas escolas complementares;
4.º - o ensino secundario especial, que será ministrado nos gymnasios e escolas normaes;
5.º - o ensino profissional, que será ministrado nas escolas profissionaes;
6.º - o ensino superior, que será ministrado nas academias e faculdades superiores; (SÃO PAULO, 1920)

No estado de São Paulo em 1920 inicia a reforma do ensino com a organização das redes de escolas, configurando, segundo Saviani (2010), uma ação pioneira e que serviu de modelo para que outros estados como Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná realizassem suas reformas. Ainda, no Decreto n. 3.356 de 31 de maio de 1921, que regulamenta a Lei n. 1750, no artigo 199 determina que o ensino complementar seria de três anos e no artigo 200 apresenta como deve ser distribuído as aulas



Lingua vernacula e calliphasia
Arithmetica à logicidade
Geographia do Brasil
Scienciae physicae e naturae
Musica
Desenho
Trabalhos manhuaes
Gynnastica

2º anno

Lingua vernacula e calliphasia
Latim
Francez
Arithmetica, algebra e logicidade
Geographia geral
Sciencias physicas e naturaes
Musica
Desenho
Trabalhos manuaes
Gynnastica

3º anno

Lingua vernacula e calliphasia
Latim
Francez
Algebra, geometria e logicidade
Historia do Brasil e geral
Musica
Desenho
Gynnastica

(SÃO PAULO, 1921)

Nota-se que nessa legislação o ensino de álgebra aparece diluído nos dois últimos anos, sendo que no segundo ano está possivelmente relacionado aos conteúdos aritméticos e no terceiro ano relacionado aos conteúdos geométricos. O Decreto n. 759 publicado no Estado de Mato Grosso no seu artigo 202 determina que o ensino complementar deveria ter a duração de um ano, sendo esta uma primeira diferença na reforma implementada no ensino de Mato Grosso, quando comparada com a reforma do Estado de São Paulo.

O artigo 203 do Decreto supracitado, apresenta a distribuição das matérias nas seguintes cadeiras: Português, Matemática e Desenho, Geografia, História Pátria e Instrução Moral e Cívica, Ciências Físicas e Naturais, estabelecendo uma segunda diferença, visto que não está previsto o ensino de álgebra, nem trabalhos manuais e ginastica, contudo, prevê o ensino de História Pátria e Instrução Moral e Cívica no ensino de um ano, o que não estava previsto na legislação paulista.

Nesse momento pode-se levantar como hipótese que os outros dois anos que não foram implementados pelo Decreto n. 759 podem ter ficado a cargo do Gymnásio. Essa

hipótese pauta-se, no caso de Campo Grande, na implantação do *Gymnásio Municipal* de Campo Grande. Esse *gymnásio*, de acordo com Decreto n. 16.782-A de 13 de janeiro de 1925, foi equiparado ao Colégio Pedro II, conforme previa a legislação da época, que determina que todos os estabelecimentos ginasiais geridos pelo poder público e que atendessem às normas estabelecidas no art.268 do decreto n. 16.782 seriam equiparados ao Colégio Pedro II

Segundo Rocha (2010), o instituto Pestalozzi passa a ser chamado de *Gymnásio Municipal* de Campo Grande e tem sua administração dividida entre a iniciativa privada e o poder público municipal, passando a ser equiparado ao Colégio Pedro II, conforme podemos observar na divulgação nos jornais da época para atrair novos alunos.



Fonte 1: Jornal Tribuna - 1 de março de 1928.

Assim, pode-se conjecturar que o ensino no Mato Grosso e em especial em Campo Grande seguia o programa nacional, e ainda seguia o que determina a legislação ao ter o *ginásio* subvenções do poder público⁵. Outro aspecto que pode ser destacado é a questão

⁵ Um exemplo é a resolução 953 de 3 de julho de 1926, por meio dessa resolução o Instituto Pestalozzi recebeu a isenção do imposto de transmissão para aquisição de um terreno que seria a sede do *Gymnásio* e no ano seguinte passa a ser chamado de *Gymnásio Municipal* de Campo Grande, tendo a gestão co-participativa do governo municipal e da iniciativa privada.



social e cultural, a preocupação em oferecer o curso comercial, cuja habilitação era para ser guarda-livros. Segundo Cardoso (1914, 2011) e Congro (2003), o número de comércio aumentou gradativamente nesse período, justificando, assim, que tivessem profissionais para cuidar da escrituração comercial.

A implantação do ginásio atendeu a um anseio da população que, segundo Congro (2003), solicitava ao poder constituído que viabilizasse unidades educacionais para oferecer uma instrução que preparasse para a faculdade e oportunizasse ao jovem uma qualificação que lhe permitiria ocupar postos de trabalhos dentro da sua cidade, caso não tivesse o interesse em continuar os estudos no ensino superior. Essa intencionalidade do ensino voltado para uma formação comercial foi verificada por Oliveira (2009), ao estudar a aritmética presente nos programas da instrução primária.

Cabe destacar que, esse ginásio anteriormente localizado em Aquidauana, mas que a convite da intendência de Campo Grande muda-se para cá e tem sua gestão dividida com o município, desde a construção do prédio teve auxílio público, visto que a intenção era que servisse de modelo (ROCHA, 2010). Depois de dois anos este ginásio passou para as mãos da congregação salesiana, passando a ser chamado de Ginásio Dom Bosco.

Na busca em entender o passado das instituições de ensino sobressai outro traço do processo de ensino e de aprendizagem: o saber objetivado. Uma das funções das unidades educacionais é a difusão dos saberes objetivados, e o domínio sobre eles é capaz de empoderar uma pessoa, grupos e até mesmo países, visto que deter o saber de determinado campo lhe é atribuído status que, por sua vez, lhe dá destaque, sendo por isso motivo de discórdias e lutas veladas ou não, de poder (Burker, 2016).

Nesse sentido, a escola, como agente social, determina uma cultura que é

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2012, p. 10).

A cada geração pode-se observar que ocorre uma mudança em parte das normas e regras que devem ser inculcadas, a partir de delimitações das expectativas da sociedade sobre o que se espera para o futuro. Tais expectativas configuram marcas que são deixadas pelo passado, no presente, provocando mudanças na forma de pensar o convívio social.



De Certeau (1982), discorre que a forma de pensar constitui um caminho de manter a cultura, a tradição, e no campo educacional a presença de um poder dominante estabelece quem poderia ter acesso ao conhecimento.

A fim de percebermos as intercorrências sociais no terreno educacional, analisamos artigos, dissertações e legislações que foram publicados sobre o ensino secundário, o ginásio e as respectivas implementações, bem como a narrativa do gestor do município de Campo Grande, Rosário Congro, citado anteriormente.

Nesse período, a necessidade de implantar as unidades educacionais e a falta de profissionais em número suficiente para atender a demanda, busca-se em São Paulo, principalmente, professores formados na Escola Normal desse estado. Essa busca pelos profissionais formados em São Paulo pode ser em virtude do protagonismo desse estado vizinho em relação às reformas educacionais (Congro, 2003).

O “Gymnasio Municipal de Campo Grande” configura uma das representações da influência do ensino ministrado tanto em São Paulo como no Distrito Federal nas unidades educacionais destas cidades, bem como representa a organização da instrução no Estado com a vinda de Leowigildo Martins de Mello. Segundo Marcílio (1963), esse professor foi responsável, junto com Gustavo Kullmann, por realizar uma verdadeira revolução no ensino mato-grossense.

Nessa direção, ao analisar as primeiras fontes, percebe-se que o ensino ginasial teve por algum tempo sobre gestão quase exclusivamente das escolas particulares, o que determinava quem teria acesso, a partir do poder aquisitivo da família. A partir das atas de exame, das legislações estaduais e pesquisas já realizadas sobre o tema e citadas neste artigo, percebe-se a existência de instituições que ficaram estabelecidas por muito tempo em Campo Grande e depois vieram a fechar as portas ou foram transformadas em outras instituições.

Considerações Finais

Nesse artigo pretendia-se realizar um estudo sobre o currículo prescritivo para o ensino ministrado nas unidades educacionais do Município de Campo Grande no período de 1910 a 1927, em que era ofertado o ensino secundário; para tanto recorreremos ao Decreto Federal n. 16.782-A, bem como às normativas que orientaram essa organização no estado. Provisoriamente, tem-se que a maior preocupação da política educacional no estado estava



voltada para o primário, desse modo, buscou-se organizar essa etapa de ensino nas diferentes cidades do estado, bem como era a preocupação tanto no Distrito Federal e outros Estados.

Comparando a organização adotada no Estado de Mato Grosso, nota-se que mantém uma proximidade com a organização implementada no Estado de São Paulo para o ensino complementar e a implementada no Distrito Federal em relação à organização do ensino secundário. Percebe-se que no período de 1910 a 1927 reforça-se a importância de oferecer o ensino primário obrigatório e gratuito para todos, bem como estabeleceu multa para as famílias que deixassem de matricular o filho nas unidades educacionais da localidade. Já o ginásio foi implantado na cidade de Campo Grande, por meio de iniciativa de particulares, com subvenção do serviço público, no caso do ginásio municipal.

A implementação do ginásio pauta-se nas legislações que norteavam o ensino do Colégio Pedro II, e essa observação pauta-se nas normas que estabeleciam critérios para afirmar a equiparação dos ginásios a este colégio do Distrito Federal, e um dos vestígios pode ser observado na resolução 953 de 03 de julho de 1926, publicada pelo presidente do Estado de Mato Grosso.

Essa associação possibilitou atender uma necessidade dos habitantes que, em um período de dez anos, aumentou significativamente, em que predominava naquela época o comércio de gado, esse, por sua vez, atraía comerciantes de outros locais, que aqui vinham para adquirir as cabeças de gado. Desse modo, provisoriamente, tem-se a impressão de que o ginásio implantando na cidade buscava atender a uma necessidade da cidade, respondendo dessa forma a legislação nacional e preocupado em formar profissionais para trabalharem no comércio, exercendo a função de guarda-livros.

Em relação ao ensino de álgebra, provisoriamente, pode-se dizer que os elementos presentes na legislação não permitem identificar muitos vestígios, mas pode-se dizer que estava relacionado ao ensino de aritmética ou ao ensino de geometria, conforme pode-se observar no decreto n. 3356.

Por ser uma pesquisa em desenvolvimento, há várias nuances a serem desveladas no intuito de realizar uma representação desse período e suas características no ensino de álgebra; falta ainda uma análise mais profunda dos programas de outros estabelecimentos de ensino que ofertavam o ginásio na época, como eram organizadas as atividades e que materiais escolares eram utilizados para o ensino desse tópico, bem como do ginásio apresentado nesse artigo.



REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **DICIONÁRIO**. Filosofía, México, FCE, 1984.

BITTAR, M. **Dos campos grandes à capital dos ipês**. Campo Grande: Alvorada, 2004, p. 10.

BITTAR, M.; FERREIRA JR, A. De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande. **Campo Grande**, v. 100, p. 169-194, 1999.

BRASIL. **Decreto n. 16782-A**, de 13jan. 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Diário Oficial da União. 6fev. 1925, seção 1, p. 8541. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em abril. 2021.

BURKE, P.. **O Que é História do Conhecimento**. São Paulo: UNESP, 2016.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & educação**, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990.

CONGRO, R. **O Município de Campo Grande**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. 2003.

DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. Forense Universitária, 1982.

HOFSTETTER, R.; VALENTE, W. R.. **Saberes em (trans)formação: tema central da formação de professores**. 1ª ed. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1 [1], p. 9-43, 2012.

MATO GROSSO. **Decreto nº 759**, de 22 de abril de 1927. Regulamenta a Instrução Pública Primária. Coleção de Leis e Decretos. Cuiabá, [s.n.], 1927. p. 163-227. APMT.

MATO GROSSO. **Resolução n. 953**, de 03 de julho de 1926. Concede Isenção do Imposto de Transmissão ao Gymnasio Pestalozzi. Coleção de Leis e Decretos, Cuiabá. [s.n.], 1926.

NERES, C. C.; CORRÊA, N. M.. A Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande–Ms: Um Esboço e Política Pública Em Tempos De ‘Inclusão Escolar’. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas " História, Sociedade e Educação no Brasil"-HISTEDBR, p. 1-19, 2009.

OLIVEIRA, L. de. **Aspectos históricos do estudo da aritmética no contexto dos grupos escolares mato-grossenses**. 2018. Dissertação de Mestrado.



OLIVEIRA, R. T. C. De. Reformas Educacionais Mato-Grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910 – 1930). Albuquerque: **Revista de História**, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 105-129, jan./jun. 2009.

ROCHA, M. PEREIRA. **O ensino secundário no sul do estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: o Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949)**. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

ROCHA, I. L. da. **Álgebra para resolver problemas**: as propostas de Otelo de Souza Reis e Tito Cardoso de Oliveira, década de 1910. In: Seminário Temático: Os experts e a sistematização da matemática para o ensino e formação de professores, 18. 2020, Poconé. Disponível em: <
<https://drive.google.com/file/d/1k6ZrkQF2DMj69TnpqcC6W01DTndagUVn/view>>.
Acesso em: 18 jul. 2020.

SÃO PAULO. **Lei nº 1.750**, de 08 de dezembro de 1920. Cria a Faculdade de Educação. Consolidação das Leis, Decretos e Decisões sobre o Ensino Primário e Normal.

SOUSA, W. L. P. de. **Decreto n. 3.356**, 31 mai. 1921, SP. 1921.

VALENTE, W. R.. **A Álgebra na Formação do Professor Primário**. XIV Seminário Temático Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970): Sobre o que tratam os Manuais Escolares? Natal, RN. Universidade Federal Rio Grande do Norte. 2016.